



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA



Relatório de Análise da Mídia – SEAI 07/2008

Clipping Senado Federal e Congresso Nacional

Noticiário Julho de 2008

Brasília, agosto de 2008



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Análise de Notícias

Senado Federal e Congresso Nacional

Destaques

	Pg.
1 - Recesso some, com inflação, violência e eleição.	3
2 - Mídia mantém visibilidade parlamentar em julho.	4
3 - Imprensa descola personagens de instituições.	6
4 - Na adversidade, Legislativo foca opinião pública.	8
5 - Rio prioriza eleição; SP, tema das irregularidades.	9

Ficha Técnica

Período: 1º a 31 de julho de 2008.

Abrangência: Congresso Nacional, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Governo Federal e STF.

Jornais selecionados: O Estado de S. Paulo, O Globo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Valor Econômico e Gazeta Mercantil.

Amostra: 873 notícias selecionadas para análise.

Temas: Irregularidades, Reforma Política, Eleições, Projetos Legislativos, Reformas Econômicas, CPI da Pedofilia e Outros.



DESTAQUES

1. Recesso some, com inflação, violência e eleição.

Foi um mês efervescente. As duas semanas de recesso do Congresso Nacional praticamente não foram percebidas na mídia, tal a quantidade de temas polêmicos em debate na sociedade brasileira. Uma agenda que mesclou preocupações com a volta da carestia, episódios recorrentes de violência no país, discussões sobre as ações que buscam reprimir o mau uso de recursos oficiais ou a cooptação de agentes públicos, ganhou ampla visibilidade na imprensa, com intensa participação de parlamentares e magistrados. E isso, sem esquecer o crescente espaço ocupado pela campanha eleitoral e assuntos pontuais que foram ou serão motivo de apreciação legislativa.

Dentro desse quadro, é fácil entender porque temas como Eleições (26,2%) e Irregularidades (22,2%) ganharam projeção na análise da mídia de julho. Surpresa, no entanto, foi o comportamento do tópico Projetos Legislativos, que ficou com a terceira posição (20,5%), no ranking das questões mais cobertas pela imprensa. A votação da LDO, a polêmica em torno da criação de novos cargos no Senado e debates sobre a ampliação da licença-gestante, do novo piso salarial proposto para os professores e do projeto que busca tipificar crimes na internet, explicam esse desempenho.

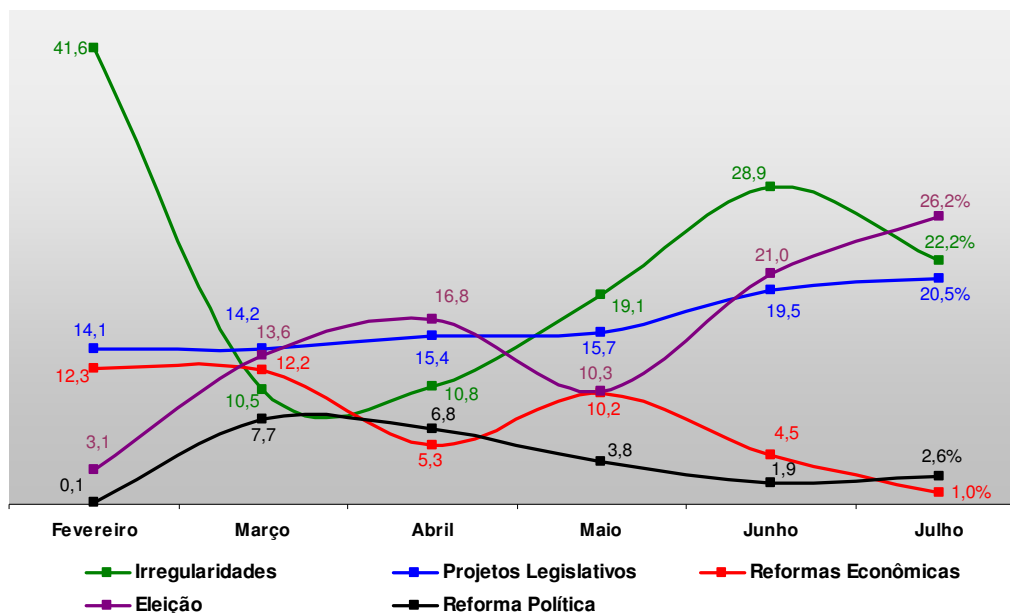
Tabela 1 – Tema principal da notícia

	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
Reforma Política	23	2,6%
Projetos Legislativos	179	20,5%
Eleição	229	26,2%
Reformas Econômicas	9	1,0%
Irregularidades	194	22,2%
CPI da Pedofilia	10	1,1%
Outros	229	26,2%
Total	873	100,0%

Temas como Reformas Econômicas e Política virtualmente desapareceram da mídia, no mês de julho. O mesmo ocorreu em relação às CPIs da Pedofilia (1,1% do noticiário analisado) e das ONGs (sem menções). O tema Outros manteve índice expressivo (26,2%), por conta das preocupações com o recrudescimento da inflação, a movimentação do ministro Carlos Minc na área ambiental, as explosões de violência pelo país e no Rio de Janeiro em particular.



Gráfico 1 – Evolução dos principais temas



Como de hábito, as notícias selecionadas para elaboração deste relatório, num total de 873, foram extraídas do clipping diário do Senado Federal. O conjunto de jornais oferece uma amostra representativa da mídia impressa brasileira, inclusive no campo da cobertura econômica. O material priorizou noticiário com o registro da presença do Congresso Nacional nos temas acompanhados, com ênfase para matérias que tiveram a participação de senadores.

2. Mídia mantém visibilidade parlamentar em julho.

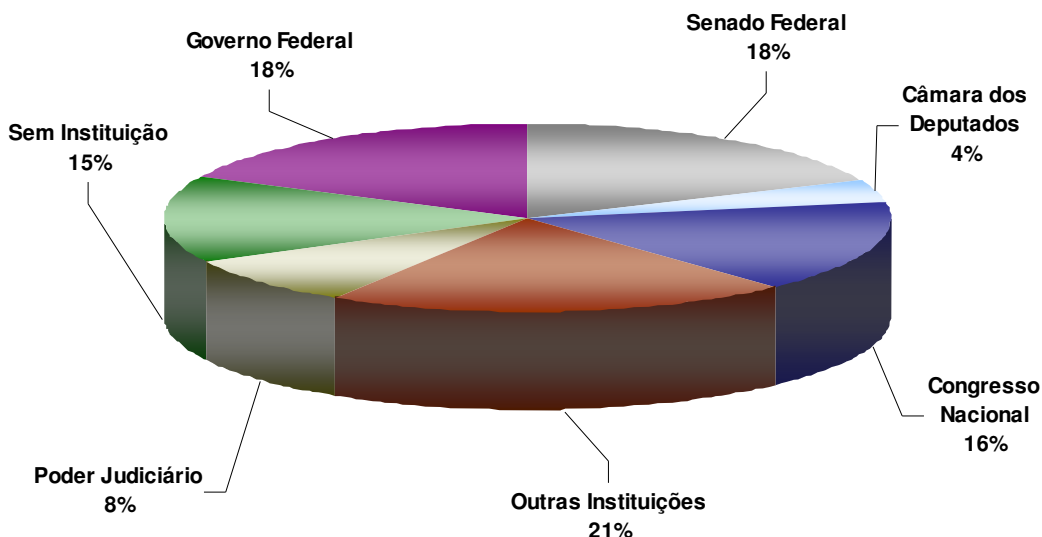
O noticiário de julho, apesar da interrupção de duas semanas nas atividades do Congresso Nacional, apresentou uma alta visibilidade em torno da atividade parlamentar. As razões são múltiplas: recesso mais curto, aceleração das campanhas eleitorais em todo o país, polêmicas e eventos de alto interesse jornalístico, com naturais interfaces nos poderes Legislativo e Judiciário.

Nesse contexto, o conjunto do Legislativo (Senado, Câmara, Congresso) teve uma maior ocupação relativa de espaço no noticiário (total de 38,1%, contra 20,7% do Executivo). Questões como os desdobramentos da Operação Satiagraha, além de discussões em torno de novos limites legais para enquadrar eventuais abusos de autoridade e a realização de escutas telefônicas, produziram, ainda, uma visibilidade inusitada para o Judiciário (8,4%), em período de habitual recesso.



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Gráfico 2 – Instituição principal da notícia



A tabela construída pelo cruzamento entre temas e instituições centrais da notícia (ver abaixo), confirma essa inusitada evidência para os parlamentares, em julho. Exposição que não resulta apenas do trabalho legislativo, já que ele foi interrompido no dia 18, mas da movimentação e do posicionamento de senadores e deputados, em torno de grandes questões em discussão no país. O Senado, por sua vez, teve maior exposição relativa que a Câmara. A polêmica sobre a frustrada proposta de criação de 97 novos cargos de assessoria na Casa contribuiu para isso.

Tabela 2 – Tema central da notícia x Instituição central da notícia

	<i>Senado Federal</i>	<i>Câmara dos Deputados</i>	<i>Congresso Nacional</i>	<i>Governo Federal</i>	<i>Poder Judiciário</i>
Reforma Política	21,7%	8,7%	21,7%	17,4%	8,7%
Projetos Legislativos	34,6%	9,5%	33,5%	13,4%	2,2%
Eleição	1,7%	0,9%	4,4%	11,4%	5,7%
Reformas Econômicas	22,2%	22,2%	44,4%	11,1%	0,0%
Irregularidades	13,9%	3,1%	11,3%	33,0%	15,5%
CPI da Pedofilia	30,0%	0,0%	10,0%	0,0%	0,0%
Outros	25,3%	1,3%	16,6%	27,1%	10,5%
Total	18,4%	3,7%	16,0%	20,7%	8,4%

Quando o relatório traduziu em números a valoração da imprensa para as instituições centrais do noticiário, em julho, mudanças expressivas surgiram na comparação com os dados do mês anterior. O Senado pagou preço alto, em termos de imagem, por conta da polêmica sobre a criação de novos cargos de assessoria: o noticiário desfavorável em torno da instituição subiu de 4,5%, em junho, para 26,7% em julho. A Câmara também experimentou aumento de desgaste, em função de inúmeras notícias sobre deputados que estariam envolvidos em investigações sobre



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

desvios de recursos públicos ou enriquecimento suspeito. O Judiciário não ficou imune a essa tendência negativa e registrou aumento no noticiário adverso. Apenas o Governo teve redução no índice de notícias desfavoráveis, de junho para julho.

Tabela 3 – Valoração das instituições centrais da notícia

	<i>Senado Federal</i>	<i>Câmara dos Deputados</i>	<i>Congresso Nacional</i>	<i>Governo Federal</i>	<i>Poder Judiciário</i>	<i>Total</i>
Favorável	28,6%	15,6%	23,6%	18,2%	17,8%	14,9%
Fav. condicionada	2,5%	0,0%	0,7%	1,7%	0,0%	0,9%
Neutra	42,2%	53,1%	55,7%	47,5%	64,4%	33,9%
Desfavorável	26,7%	31,3%	20,0%	32,6%	17,8%	17,5%
Sem Instituição	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%
Outras Instituições	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	17,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

3. Imprensa descola personagens de instituições.

Os relatórios de análise da mídia consagraram, ao longo de praticamente 3 anos de elaboração mensal, uma estreita correlação entre personagens e temas. Para o bem e para o mal. Nos últimos meses, porém, o noticiário oferece nuances novas e qualitativamente importantes, no tratamento de instituições e personalidades públicas.

Vale a pena começar pelo aspecto quantitativo: o protagonismo dos personagens em relação aos temas centrais do noticiário. O presidente Lula, por exemplo, tomou a dianteira na questão da Reforma Política, ao ressuscitar o tema. Os senadores tiveram maior ocupação relativa de espaço, em tópicos como Projetos Legislativos, Eleições, Irregularidades e CPI da Pedofilia, enquanto os deputados tomaram a dianteira nos debates em torno de Reformas Econômicas.

Tabela 4 – Personagem central x tema central da notícia

	<i>Reforma Política</i>	<i>Projetos Legislativos</i>	<i>Eleição</i>	<i>Reformas Econômicas</i>
Lula	21,7%	7,3%	5,2%	0,0%
Senadores	17,4%	31,8%	37,1%	22,2%
Deputados Federais	8,7%	13,4%	4,8%	44,4%
Senadores e Deputados	4,3%	8,9%	7,0%	0,0%
Ministros de Estado	0,0%	7,8%	2,2%	0,0%
Arlindo Chinaglia	4,3%	3,9%	0,0%	11,1%
Garibaldi Alves	17%	2,2%	0,9%	0,0%
Gilmar Mendes	0,0%	0,6%	0,4%	0,0%
Sem personagem	13,0%	11,2%	3,1%	0,0%
Outros Personagens	13,0%	12,8%	39,3%	22,2%
Total	100%	100%	100%	100%



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Cont. tabela 4

	<i>Irregularidades</i>	<i>CPI da Pedofilia</i>	<i>Total</i>
Lula	2,1%	0,0%	5,5%
Senadores	40,7%	70,0%	34,8%
Deputados Federais	6,2%	0,0%	7,3%
Senadores e Deputados	4,1%	0,0%	6,0%
Ministros de Estado	5,2%	0,0%	7,0%
Arlindo Chinaglia	0,0%	0,0%	1,7%
Garibaldi Alves	2,6%	0,0%	3,9%
Gilmar Mendes	5,2%	0,0%	2,6%
Sem personagem	1,5%	10,0%	5,5%
Outros Personagens	32,5%	20,0%	25,7%
Total	100%	100%	100%

Mas é no aspecto qualitativo que as novidades são maiores. A análise do noticiário de julho confirma tendência que vinha sendo observada em meses anteriores: há nítido descolamento entre instituições e personagens. O fenômeno vale inclusive para o presidente Lula, apesar de suas constantes queixas sobre a má vontade da imprensa. Enquanto a valoração do Executivo, em julho, recebeu 32,6% de juízos negativos no noticiário (redução em relação aos 40,2 de junho), o presidente apareceu com 20,8% de referências adversas (nova queda em relação ao relatório anterior, que teve 22,5%).

Tabela 5 – Valoração do personagem central da notícia

	<i>Favorável</i>	<i>Fav. condicionada</i>	<i>Neutra</i>	<i>Desfavorável</i>
Lula	27,1%	4,2%	47,9%	20,8%
Senadores	30,9%	6,3%	38,2%	24,7%
Deputados Federais	34,4%	4,7%	32,8%	28,1%
Senadores e Deputados	32,7%	3,8%	44,2%	19,2%
Ministros de Estado	42,6%	9,8%	32,8%	14,8%
Arlindo Chinaglia	46,7%	6,7%	40,0%	6,7%
Garibaldi Alves	26,5%	2,9%	61,8%	8,8%
Gilmar Mendes	17,4%	0,0%	17,4%	65,2%
Total	22,0%	3,9%	26,8%	16,2%

Os presidentes do Senado e da Câmara registraram evolução semelhante à do presidente da República. O senador Garibaldi Alves e o deputado Arlindo Chinaglia mantiveram altos índices de noticiário positivo (favorável mais favorável condicionada), ainda que o relatório de julho também registre algum avanço em juízos desfavoráveis. Nada comparável, no entanto, com a evolução das instituições que presidem, onde o noticiário adverso foi maior.

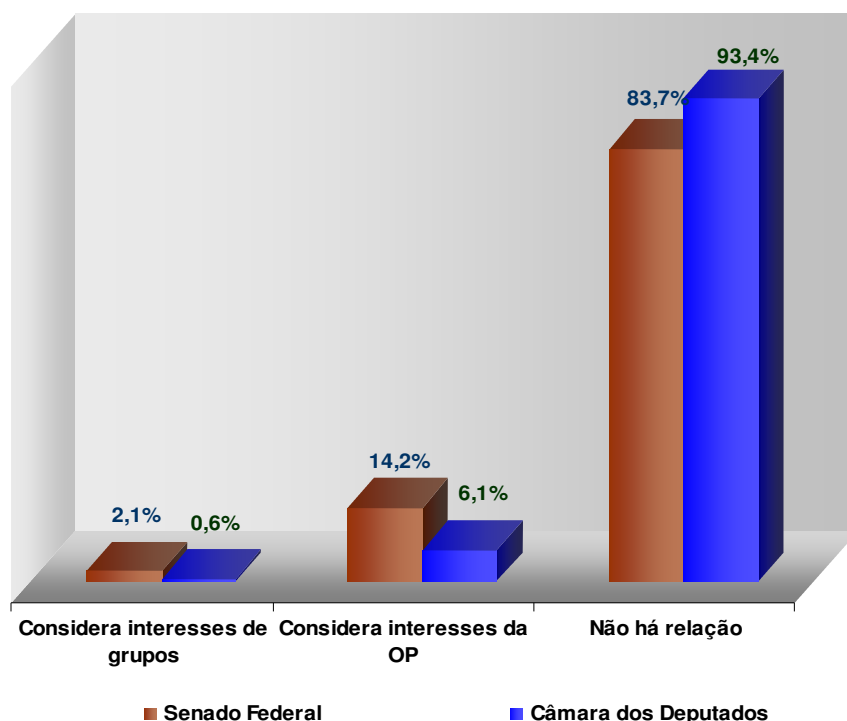
Caminho inverso experimentou o ministro Gilmar Mendes. O noticiário em torno da concessão de dois habeas corpus ao banqueiro Daniel Dantas, juntamente com toda a polêmica envolvendo a Operação Satiagraha, produziu inédito índice de 65,2% de noticiário adverso para o presidente do Supremo Tribunal Federal. Muito acima do juízo desfavorável da instituição.



4. Na adversidade, Legislativo foca opinião pública.

Em função do recesso de julho, o volume de notícias para alimentar a estatística em torno das relações entre Executivo e Legislativo ficou prejudicado. As avaliações da mídia sobre a atuação parlamentar, por outro lado, permaneceram relevantes. Apesar dos temas adversos e do avanço de juízos desfavoráveis, a análise de julho registra estabilidade nos conceitos que balizam gráficos com as avaliações da imprensa para a representação parlamentar e as atitudes de deputados e senadores.

Gráfico3 – Representação parlamentar, na avaliação da mídia

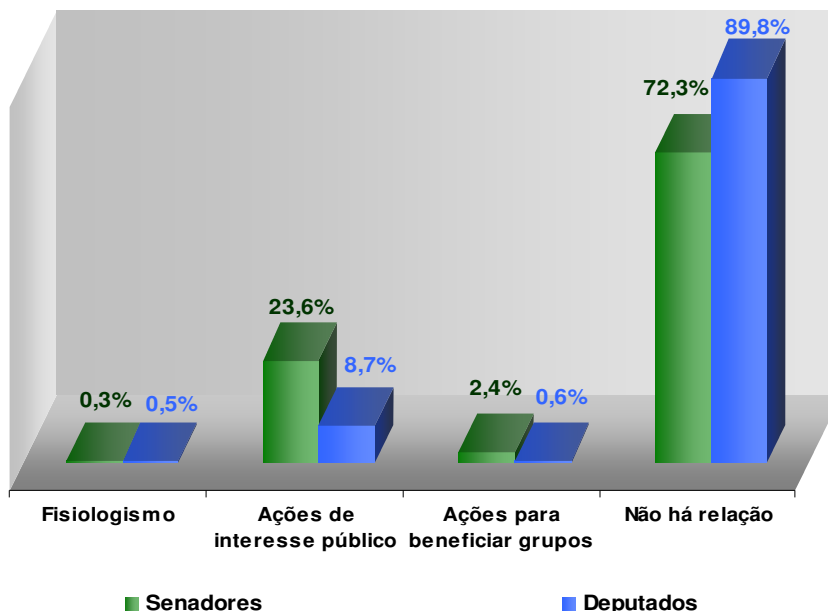


A variável “considera interesses da opinião pública”, inserida no gráfico acima, apresentou certa estabilidade, tanto para senadores quanto para deputados, entre junho e julho. Certamente jogou papel importante, nesse resultado, o desfecho em torno da proposta de criação de novos cargos de assessoria no Senado, por fim cancelada. Movimentações eleitorais dos parlamentares também tiveram influência nesses resultados.

Comportamento semelhante pode ser observado no próximo gráfico que busca avaliar as atitudes dos parlamentares, a partir do noticiário. A variável mais destacada – ações de interesse público – igualmente tem comportamento de estabilidade, em relação ao relatório anterior. Novamente, aqui, cabe estabelecer relação estreita entre esses resultados da análise da mídia e a presença parlamentar em notícias sobre ampliação da licença-gestante, o novo piso salarial para os professores e os debates sobre aperfeiçoamentos na lei que busca tipificar crimes cometidos na internet.



Gráfico 4 – Atitudes dos parlamentares, segundo a mídia



5. Rio prioriza eleição; SP, tema das irregularidades.

A escolha pelos jornais de temas prioritários para cobertura é um dado presente em todos os relatórios de análise da mídia. Com oscilações naturais, ao longo do tempo e segundo o eventual impacto de eventos que fazem toda a imprensa convergir para seu acompanhamento. Foi assim com escândalos que dominaram a crônica política em anos recentes. Em conjunturas menos tensas, a variedade marca a pauta dos veículos.

Em termos de volume, O Estado de S. Paulo mais uma vez liderou a cobertura dos temas acompanhados nestes relatórios, com 17,2% das 873 notícias analisadas. E outro jornal paulista, a Folha de São Paulo, dividiu com o Jornal do Brasil a ponta na veiculação de notícias opinativas (ambos com 21%).

Tabela 6 – Veículo x Gênero da notícia

	<i>Notícias Informativas</i>	<i>Notícias Opinativas</i>	<i>Total</i>
Folha de S. Paulo	15,8%	21,0%	16,4%
O Estado de S. Paulo	17,2%	16,2%	17,1%
Jornal do Brasil	15,4%	21,0%	16,0%
O Globo	16,3%	15,2%	16,2%
Correio Braziliense	14,8%	14,3%	14,8%
Valor Econômico	12,8%	7,6%	12,1%
Gazeta Mercantil	7,8%	4,8%	7,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

A cobertura dos temas, em julho, mostrou os jornais do Rio de Janeiro (Globo e JB) dominando mais de 50% de todo o noticiário em torno das Eleições, enquanto os jornais paulistas (O Estado e a Folha) ficaram com volume quase igual, em relação à cobertura do tópico Irregularidades. O Correio Braziliense e o Jornal do Brasil, por outro lado, dominaram o noticiário em torno da Reforma Política.

Tabela 7 – Veículo x Tema central da notícia

	<i>Reforma Política</i>	<i>Projetos Legislativos</i>	<i>Eleição</i>	<i>Reformas Econômicas</i>
Folha de S. Paulo	13%	16%	11%	0%
O Estado de S. Paulo	0%	18%	12%	33%
Jornal do Brasil	26%	8%	30%	11%
O Globo	13%	15%	23%	22%
Correio Braziliense	22%	12%	12%	0%
Valor Econômico	13%	17%	8%	22%
Gazeta Mercantil	13%	13%	3%	11%
Total	100%	100%	100%	100%

Cont. tabela 7

	<i>Irregularidades</i>	<i>CPI da Pedofilia</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Folha de S. Paulo	22%	20%	18%	16%
O Estado de S. Paulo	19%	30%	20%	17%
Jornal do Brasil	10%	20%	12%	16%
O Globo	14%	0%	12%	16%
Correio Braziliense	17%	10%	17%	15%
Valor Econômico	11%	20%	13%	12%
Gazeta Mercantil	7%	0%	7%	7%
Total	100%	100%	100%	100%

Apesar do franco clima eleitoral dos próximos meses, que naturalmente fará o tema Eleições ganhar ainda mais visibilidade, é possível prever a manutenção de alguma expressão em temas como Projetos Legislativos e a CPI da Pedofilia, em função da produção prevista para os períodos de esforço concentrado, que as direções do Senado e da Câmara estão negociando com as lideranças partidárias. Para o day after eleitoral, espera-se o renascimento de temas como as reformas econômicas (tributária, no caso) e política.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

EQUIPE: Helival Rios Moreira - Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Elga Lopes - Diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública.

Ana Lucia Romero Novelli - Diretora Adjunta de Pesquisa e Opinião Pública

Antonio Caraballo - Coordenador do DataSenado.

Leonardo Neves - Apoio Técnico.

Emmanuela Murussi, João Paulo Teixeira, Larissa Carvalho,

Leonardo Neves, Ruth Rodriguez - Equipe de Análise.